



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE SECRETÁRIO AUXILIAR
DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MORRINHOS

CADERNO DE PROVAS

INSTRUÇÕES:

1. LEIA SOMENTE ESTA FOLHA DE INSTRUÇÕES. Leia as demais folhas deste caderno somente após a autorização do fiscal para o início da prova.
 2. Você receberá do fiscal:
 - a) 01 (um) caderno de questões;
 - b) 01 (uma) folha de respostas destinada à prova objetiva;
 - c) 01 (uma) folha de respostas destinada à prova discursiva;
 - d) 01 (uma) folha de respostas destinada à prova de redação.
 3. O caderno de questões contém:
 - a) 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas de resposta cada uma e apenas uma alternativa correta;
 - b) 01 (uma) prova discursiva com 02 (duas) questões;
 - c) 01 (uma) proposta de redação.
 4. **SOMENTE APÓS O INÍCIO DA PROVA:** verifique se a numeração das questões e a paginação do caderno de questões estão corretas. Você dispõe de 05 (cinco) horas para fazer as provas, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas da prova objetiva e o preenchimento das folhas de respostas da prova discursiva e de redação.
 5. Deixe sobre a carteira apenas a caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente. Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.
 6. Não é permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico de comunicação.
 7. Você poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas somente na companhia de um fiscal.
 8. Somente após 01 (uma) hora do início da prova você poderá entregar as folhas de resposta e retirar-se da sala.
 9. Somente após 03 (três) horas do início da prova será permitido levar este caderno de provas.
 10. As folhas de respostas não podem ser dobradas, amassadas, rasuradas ou manchadas e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
 11. Após o término da prova, entregue ao fiscal as folhas de respostas assinando somente a referente à prova objetiva. As demais não devem conter assinatura ou qualquer sinal de identificação.
-

LÍNGUA PORTUGUESA

10 Questões

Questão 01

Assinale o item em que a palavra destacada está incorretamente aplicada:

- a) Amor de mãe é a mais elevada forma de **altruísmo**.
- b) O **tráfego** era intenso naquela estrada.
- c) Promoveram uma festa **beneficiente** para a igreja.
- d) A **indulgência** é frequentemente a melhor forma da justiça.

Questão 02

Marque a alternativa em que há erro na regência verbal:

- a) Aspiraram a fumaça e foram encaminhados ao hospital.
- b) O atirador visou o alvo.
- c) Renato usufruiu dos bens de sua família.
- d) O médico assistiu ao paciente.

Questão 03

Quanto à concordância nominal, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

I – Bebida alcoólica não é bom para o fígado.

II – Estavam molhadas as cortinas e os tapetes.

III – O tribunal qualificou de ilegais as nomeações do ex-prefeito.

- a) Apenas o item III está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

Questão 04

Quanto à concordância verbal, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

I – O comer e o beber são necessários.

II – Montar brinquedos e desmontá-los divertiam muito o menino.

III – Cantar, dançar e representar faz a alegria do artista.

- a) Nenhum item está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

Questão 05

Julgue os itens a seguir e em seguida assinale a alternativa correta:

I - É praticamente certo que Luiz Gonzaga Belluzzo disputará a eleição do Palmeiras contra o atual presidente, que **por hora** conta com o apoio da maioria dos conselheiros alviverdes.

II - **Por ora**, estou satisfeito com a minha casa.

III - Você ganha vinte centavos **por hora** e diz que **por ora** está satisfeito com seu salário?

- a) Apenas o item III está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

Questão 06

Julgue os itens a seguir e em seguida assinale a alternativa correta:

I - Estou esperando os convidados aqui **há** muito tempo.

II - Estou esperando meus companheiros **a** vinte metros do comitê.

III - A invenção da cerveja remonta **a** séculos.

- a) Apenas o item III está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

Leia o texto abaixo para responder às questões 07 e 08:

4 em cada 10 brasileiros afirmam receber fake news diariamente

No Brasil, quatro em cada 10 pessoas afirmam receber notícias falsas todos os dias. O número é ainda maior entre os brasileiros que se preocupam em cair em fake news ou que seus parentes caíam. Nesse cenário, o índice sobe para 65%.

Os dados fazem parte de um levantamento feito pela Poynter Institute, escola de jornalismo e organização de pesquisas americana, e conta com apoio do Google.

Além do Brasil, foram entrevistadas pessoas dos Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Nigéria, Índia e Japão. A pesquisa contou com 8,5 mil participantes, mais de mil no Brasil.

Dentre os que compartilharam acidentalmente informações erradas em algum momento, 43% dos brasileiros afirmaram já ter enviado um post, vídeo, imagem ou notícia e só mais tarde terem percebido que se tratava de fake news.

Segundo a pesquisa, os jovens são os mais propensos a assumir o envio, em especial a Geração Z – aqueles que têm entre 18 e 25 anos.

Ao mesmo tempo, os mais novos são os que verificam com maior frequência as informações encontradas nas redes, principalmente em buscadores e aplicativos de mensagens, como Facebook, WhatsApp e Telegram.

Para isso, verificam se a fonte é confiável, conferem a data de postagem e usam o Google para saber mais sobre a postagem ou quem a compartilhou.

O método mais usado pelos brasileiros para checar notícias no Google é incluindo palavras como “notícias falsas”, “propaganda” e “legítima” junto com as informações, para identificar possíveis fake news.

A plataforma também financia o projeto Comprova, uma iniciativa colaborativa de fatos formada por 43 veículos de comunicação liderada pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, a Abraji.

Ao decidir se a informação é verdadeira, mais da metade dos entrevistados no Brasil (55%) considera importante saber a pessoa que postou a informação.

O apoio de fontes e fatos e a lógica das conclusões também são fatores cruciais para os brasileiros decidirem se determinado conteúdo é falso ou não.

Para as eleições, o Tribunal Superior Eleitoral mantém desde 2020 uma página especial para desmentir fake news, chamada de “Fato ou Boato”.

A iniciativa reúne notícias verificadas sobre votos, urnas eletrônicas e demais desinformações para “enfrentar os efeitos negativos provocados pela desinformação relacionada à democracia”, como afirma o site do TSE.

(Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/4-em-cada-10-brasileiros-afirmam-receber-fake-news-diariamente>)

Questão 07

Assinale a alternativa que contém conclusões não contidas no texto:

- a) Os mais jovens são os que verificam com maior frequência as informações encontradas nas redes, principalmente em buscadores e aplicativos de mensagens, como Facebook, WhatsApp e Telegram.
- b) Para as eleições, o Tribunal Superior Eleitoral mantém desde 2020 uma página especial para desmentir fake news, chamada de “Fato ou Boato”. A iniciativa reúne notícias verificadas sobre votos, urnas eletrônicas e demais desinformações.
- c) O Ministério Público como instituição com função essencial à justiça tem papel fundamental no combate às “Fake News” pois além de ser o fiscal da ordem jurídica é o titular da Ação Penal.
- d) No Brasil, quatro em cada 10 pessoas afirmam receber notícias falsas todos os dias. Os dados fazem parte de um levantamento feito pela Poynter Institute, escola de jornalismo e organização de pesquisas americana, e conta com apoio do Google.

Questão 08

Assinale a alternativa correta acerca da interpretação do texto:

- a) A pesquisa indicada no texto conclui que, dentre os que compartilharam intencionalmente informações erradas em algum momento, 43% dos brasileiros afirmaram já ter enviado um post, vídeo, imagem ou notícia e só mais tarde terem percebido que se tratava de fake News.
- b) A pesquisa tratada no texto indica que, além do Brasil, foram entrevistadas pessoas dos Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Nigéria, China e Japão. A pesquisa contou com 8,5 mil participantes, mais de mil no Brasil.
- c) O Tribunal Superior Eleitoral mantém desde 2020 uma página especial para desmentir fake news, chamada de “Fato ou Boato”. Essa iniciativa vai ao encontro com a ideia de se “enfrentar os efeitos negativos provocados pela desinformação relacionada à democracia”, como afirma o site do TSE.
- d) Segundo a pesquisa, os jovens são os mais propensos a assumir o envio acidental de fake news, em especial aqueles que têm entre 18 e 25 anos.

Questão 09

“Os Estados Unidos e a China – os maiores poluidores do planeta – não são signatários dos principais tratados de preservação ambiental.”

Considerando o texto acima, o sentido não é alterado em caso de substituição dos travessões por:

- a) aspas, para colocar em destaque a informação.
- b) vírgulas, para isolar o aposto explicativo com o intuito de destacar o trecho.
- c) dois-pontos, para acrescentar uma informação.
- d) ponto e vírgula, para enumerar informações fundamentais para o desenvolvimento temático.

Questão 10

A regência verbal trata da relação de dependência estabelecida entre um verbo e os seus complementos. Considerando as regras gramaticais, em especial quanto à transitividade dos verbos, assinale a alternativa correta:

- I - O jogo da seleção brasileira de futebol no último amistoso não agradou.
- II - Por lei, assiste ao consumidor o direito de reclamar, quando se sentir lesado.
- III - Eu esqueci os ingressos e ela se esqueceu de trazer a bolsa com o dinheiro.
- IV - Minha filha quer um livro de presente no dia das crianças.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Todas as alternativas estão incorretas.
- c) Apenas uma alternativa está correta.
- d) Apenas uma alternativa está incorreta.

MATEMÁTICA

05 Questões

Questão 11

João abasteceu seu veículo com 60 litros de combustível, gastando R\$ 120,00. Qual seria o gasto de João se ele abastecesse com apenas 25 litros do mesmo combustível?

- a) R\$ 50,00
- b) R\$ 60,00
- c) R\$ 40,00
- d) R\$ 80,00

Questão 12

Todo número racional não nulo tem **inverso**. Diante disso, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

- I – O inverso de $\frac{4}{5}$ é $\frac{5}{4}$.
- II – O inverso de 3 é $\frac{1}{3}$.
- III – O inverso de -1,5 é $-\frac{3}{2}$.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

Questão 13

Em um orçamento consta que 4 mesas e 3 cadeiras custam R\$ 225,00. Em outro orçamento, relativamente aos mesmos produtos, consta que 3 mesas e 4 cadeiras custam R\$ 195,00. Diante destes dados é possível inferir que o custo de 2 cadeiras e 1 mesa equivale a:

- a) 65.
- b) 75.
- c) 85.
- d) 95.

Questão 14

Assinale a alternativa correta:

- a) Embalou-se, em frascos de 300ml, 1,2m³ de um líquido. O número de frascos usados, então, foi 3.600.
- b) Uma pessoa, atualmente pesando 70kg, deseja voltar ao peso normal de 56kg. Suponha que uma dieta alimentar resulte em um emagrecimento de exatamente 200g por semana. Fazendo essa dieta, essa pessoa alcançará seu objetivo ao fim de 70 semanas.
- c) Um relógio atrasa 1 minuto e 15 segundos a cada hora. No final de um dia ele atrasará 32 minutos.
- d) Um remédio é obtido misturando-se duas substâncias A e B, sendo quatro partes da substância A para cada parte da substância B. a quantidade, em ml, da substância B necessária para obter 120 ml do remédio é de 20.

Questão 15

O papel do Banco Central é comprar e vender títulos do governo para influenciar o mercado. Imagine a seguinte situação: um título público presente hoje no mercado custa R\$800,00 e o governo promete pagar R\$1.000,00 por esse título daqui a um ano. Isso quer dizer que os juros desse título são de:

- a) 25%, o que equivale a R\$200,00.
- b) 20%, o que equivale a R\$200,00
- c) 25%, o que equivale a R\$250,00.
- d) Nenhuma das alternativas.

HISTÓRIA DO BRASIL

05 Questões

Questão 16

Quanto ao processo de imigração para o Brasil, registrado no século XIX, é correto afirmar:

- a) Com a proibição do tráfico de escravos, em 1850, o desenvolvimento das lavouras de café e o preconceito racial induziram a entrada de imigrantes europeus no país.
- b) O fluxo imigratório intensificou-se no Brasil após as alterações nas leis trabalhistas que garantiram condições de trabalho análogas àquelas oferecidas no continente europeu.
- c) O Brasil tornou-se o destino preferencial dos imigrantes europeus graças à possibilidade de se constituírem pequenos proprietários rurais devido à promulgação da Lei de Terras em 1850.
- d) A imigração somente ocorreu após o período de democratização do Brasil.

Questão 17

O processo que conduziu à extinção legal da escravidão no Brasil foi longo e contou com ampla participação popular, incluindo-se aí a ação dos próprios escravizados, além de ativistas e intelectuais, chamados, na época, de abolicionistas. Sobre a abolição da escravidão no Brasil assinale a alternativa correta acerca das seguintes assertivas:

I – Apesar das pressões externas e internas, o governo de D. Pedro II e a elite imperial defendiam a abolição imediata da escravidão, a qual não deveria ser feita de forma gradual, ou seja, por meio das chamadas leis abolicionistas.

II – Na década de 1880, a luta pela abolição da escravidão ganhou corpo. Nesse período, foi fundado, em São Paulo, o denominado Clube do Cupim, que teve forte influência na aprovação da Lei do Ventre Livre.

III – Sob forte pressão popular, o governo imperial, exercido na época por D. Pedro II, assinou a Lei Áurea, que declarava extinta a escravidão no Brasil, com direito à indenização aos senhores e aos escravizados.

- a) Nenhum item está correto.
- b) Apenas o item II e III estão corretos.
- c) Apenas os itens I e II estão corretos.
- d) Os itens I e III estão corretos.

Questão 18

Denominada de regime do "Estado Novo" ou da "Constituição Polaca", a Terceira República teve início a 10 de novembro de 1937 quando o Presidente Getúlio Dornelles Vargas outorga uma nova Constituição ao país. A quarta da nossa história e a terceira da República. Marca a implantação do regime do Estado Novo que, na justificativa do presidente da República ao decretar a nova Carta Constitucional, está "*atendendo ao estado de apreensão criado no país pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios de caráter radical e permanente*". A respeito desse período e momento histórico, assinale a alternativa incorreta:

- a) Às vésperas da eleição que ocorreria em 1938, o Governo de Getúlio Vargas denunciou a existência de um plano comunista para tomada do poder, que ficou conhecido como Plano Cohen, que consistiria em um plano de conspiração comunista que previa, dentre outras medidas, a execução de greve geral, incêndio de prédios públicos, manifestações populares que terminariam em saques e depredações, e a prisão e potencialmente o assassinato de Ministros de Estado, do presidente do Supremo Tribunal Federal, dos chefes do Senado e da Câmara dos Deputados e de outras grandes autoridades públicas, e que provocaria, dentre outras consequências, a fragmentação territorial.
- b) Diante da "ameaça vermelha", que veio a público com a descoberta do Plano Cohen, que prejudicou a ordem pública e introduziu um clima de insegurança e instabilidade política, Getúlio Vargas defendeu que o Congresso Nacional era inútil e apenas embaraçava as suas iniciativas e que, por isso, seria necessário rever o regime e a Constituição, tendo então recebido apoio das Forças Armadas para comandar um Estado centralizado e forte, que fosse capaz de promover a reconstrução nacional. Nesse cenário, Getúlio Vargas obteve o apoio político e militar necessário para outorgar a nova Constituição de 1937, fechar o Congresso Nacional e inaugurar o novo regime, o chamado Estado Novo. Após inaugurar a nova ordem Constitucional e tão logo obteve êxito em impedir a execução do Plano Cohen e, com isso, debelar a resistência e a iminente ação comunista, Getúlio Vargas reabriu cerca de dois anos depois o Congresso Nacional, devolveu a autonomia aos Estados da Federação e promoveu eleições democráticas, da qual saiu vitorioso, inaugurando um período de grande prosperidade econômica, social e cultural no Brasil, razão pela qual o nome de Getúlio Vargas é bastante lembrado até os dias de hoje.
- c) Um dos dispositivos da Constituição de 1937 previa que existiria apenas a bandeira nacional, o que, por consequência, revogou naquele período as bandeiras estaduais e municipais. Além disso, a Constituição conferiu poder a Getúlio Vargas para nomear interventores aos Estados, centralizando a função Executiva e Legislativa e, portanto, o poder político, em todos os níveis (federal, estadual e municipal), na pessoa do Presidente da República. Nesse espírito de união nacional em torno da pessoa de Vargas e da bandeira nacional, Getúlio Vargas, no dia 27 de novembro de 1937, em cerimônia realizada na Praça Roosevelt, no Rio de Janeiro, promoveu como parte das solenidades cívicas de comemoração da festa da bandeira a "queima das bandeiras estaduais". Após a missa campal, Getúlio Vargas hasteou a bandeira do Brasil ao mesmo tempo em que em outros 22 mastros também foram hasteados o pavilhão nacional, simbolizando os 22 Estados então existentes. Em meio a isso tudo, em uma pira, foram cremadas as bandeiras que representavam cada um dos Estados do Brasil.

- d) O Plano Cohen foi um documento forjado por militares brasileiros com a intenção de justificar a instauração da ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937, sendo conhecido por ser uma das maiores falsificações da história brasileira. Como parte da farsa, o plano foi “descoberto” pelas Forças Armadas, o que permitiu identificar opositores do governo como “comunistas” e, enfim, derrotar as forças que se opunham ao golpe de Estado.

Questão 19

Assinale a alternativa incorreta acerca da ditadura militar no Brasil:

- a) A Ditadura Militar no Brasil foi um regime autoritário que teve início com o golpe militar em 31 de março de 1964, com a deposição do presidente João Goulart. O golpe militar de 31 de março de 1964 tinha como objetivo evitar o avanço das organizações populares do Governo de João Goulart, acusado de comunista. O ponto de partida foi a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961. O Congresso Nacional empossou temporariamente o presidente da Câmara, o deputado Ranieri Mazzili, pois o vice-presidente encontrava-se em viagem à China.
- b) Depois do golpe de 1964, o modelo político instaurado visava fortalecer o poder executivo. Dezesete atos institucionais e cerca de mil leis excepcionais foram impostas à sociedade brasileira. Com o Ato Institucional nº 2, os antigos partidos políticos foram fechados e foi adotado o bipartidarismo. Desta forma surgiram: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que apoiava o governo; e, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), representando os opositores, mas cercado por estreitos limites de atuação.
- c) A sociedade reagia às arbitrariedades do governo e podemos citar um exemplo se dava no mundo das artes. Em 1965 foi encenada a peça "Liberdade, Liberdade", de Millôr Fernandes e Flavio Rangel, que criticava o governo militar. Os festivais de música brasileira foram cenários importantes para atuação dos compositores, que compunham canções de protesto
- d) A Junta Governativa Provisória apenas ocupou a presidência em decorrência da morte de Arthur da Costa e Silva em 1969. Assim, apenas prepararam a eleição quando seria escolhido Emílio Garrastazu Médici; o qual fora o responsável pela promulgação do AI-5.

Questão 20

A Lei 11.645, de 10 de março de 2008, alterou o art. 26-A da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, tornando obrigatório, nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Segundo a referida normativa, o conteúdo programático incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

A orientação adotada por essa legislação fundamenta uma política pública e associa o princípio da inclusão social, primado da cidadania moderna, a:

- a) práticas de valorização identitária.
- b) dispositivos de liberdade de expressão.
- c) estratégias de qualificação profissional.
- d) instrumentos de modernização jurídica.

GEOGRAFIA

05 Questões

Questão 21

Assinale a alternativa correta quanto aos mapas:

- a) Os elementos que compõem um mapa, ou seja, as partes facultativas dos mapas, são: o título, as legendas, a escala, a orientação e a projeção cartográfica utilizada para a produção do referido documento.
- b) Os mapas correspondem a uma representação gráfica de um espaço virtual e fictício, em qualquer tipo de superfície.
- c) Os mapas são temáticos e são elaborados de acordo com a abordagem do estudo, dentre os vários tipos existentes os principais são Mapa Político (no caso de estado apresenta o nome do mesmo e sua capital), Mapa Físico (realiza o mapeamento dos recursos naturais como vegetação, hidrografia e relevo) e Mapa Histórico (mapeamento de acontecimentos históricos como o Tratado de Tordesilhas).
- d) A única função do mapa reside em orientar o percurso entre regiões, demarcando a distância entre elas.

Questão 22

Sobre a regionalização oficial do Brasil, nos termos definidos pelo IBGE, assinale a alternativa correta acerca das seguintes assertivas:

- I – A região Sudeste é composta pelos seguintes estados: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.
- II – A região Sul é composta por apenas quatro estados.
- III – O estado do Maranhão está localizado na região norte.

- a) Apenas o item III está correto.
- b) Apenas os itens II e III estão corretos.
- c) Apenas os itens I e II estão corretos.
- d) Nenhum item está correto.

Questão 23

Os solos são formados a partir da degradação das rochas e minerais. Tal processo de desgaste natural dos corpos rochosos é chamado de:

- a) lixiviação.
- b) sedimentação.
- c) intemperismo.
- d) sifonação.

Questão 24

Acerca dos setores da economia e as cadeias produtivas, assinale a alternativa incorreta:

- a) O setor primário é caracterizado pela exploração de bens naturais. Portanto, é tipicamente formado pela extração de matérias-primas, logo, é um setor composto pelas atividades de agricultura, pecuária e extrativismo, sendo este último do tipo vegetal, animal e mineral.
- b) A transformação das matérias-primas em produtos industrializados é realizada pelo setor secundário da economia. Esse setor compreende principalmente as indústrias, que fazem esse papel de transformação entre a matéria-prima e o produto final.

- c) O predomínio mundial da urbanização, com o crescimento no número absoluto de cidades, teve como uma de suas consequências o fim do setor secundário, que valorizou setores mais modernos da economia urbana.
- d) O setor terciário é o principal empregador de mão de obra nos países industrializados. A modernização das atividades primárias, como a agropecuária, assim como a mecanização das indústrias, parte do setor secundário, são características desses países. Portanto, frente à substituição da mão de obra humana por máquinas e equipamentos, a maior parte dos trabalhadores locais deslocou-se para o setor terciário da economia.

Questão 25

Pensando no fenômeno da globalização, por alguns definido como o processo de integração do espaço mundial, assinale a alternativa correta:

I - O avanço das telecomunicações e dos meios de transporte viabilizou a expansão do fluxo de pessoas, mercadorias e capitais em escala global.

II - O processo de globalização contribuiu para que a distribuição das riquezas entre os diferentes países ocorresse de forma mais igualitária.

III - A globalização é um fenômeno novo, que surgiu com a Terceira Revolução Industrial.

IV - A globalização promoveu diversos impactos na organização do espaço geográfico mundial.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
b) Todas as assertivas estão incorretas.
c) Apenas uma assertiva está correta.
d) Apenas duas assertivas estão corretas.

INFORMÁTICA BÁSICA

05 Questões

Questão 26

Henrique deseja remover um aplicativo instalado e totalmente compatível como Windows 7. Assinale a alternativa que contém a opção do Painel de Controle que deve ser utilizada por ele.

- a) programas e recursos
b) desinstalar
c) excluir aplicativo
d) opções de acessibilidade

Questão 27

Assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

I – No Word, o campo onde aparece o nome do documento no qual você está trabalhando denomina-se barra de ferramenta.

II – O formato ou extensão padrão dos arquivos gerados pelo Word é Html.

III – Em relação às tabelas no Word, é correto afirmar que é possível, em uma tabela já existente, inserir apenas colunas à direita.

- a) Nenhum item está correto.
b) Apenas os itens I e II estão corretos.
c) Apenas os itens II e III estão corretos.
d) Os itens I, II e III estão corretos.

Questão 28

Para localizar uma palavra no texto da página exibida no Microsoft Word pode ser utilizado o seguinte atalho:

- a) Ctrl + H.
- b) Ctrl + D.
- c) Ctrl + B.
- d) Ctrl + L.

Questão 29

Assinale a alternativa correta acerca dos Suítes Microsoft Office e BrOffice (OpenOffice):

- a) O Math é um aplicativo que pode ser usado como um digital reader de textos e imagens gráficas.
- b) Microsoft Office pode ser instalada em plataformas Linux.
- c) No LibreOffice Writer 3.4, a correção ortográfica do documento sendo editado é feita em vários idiomas ao mesmo tempo, se for definido o idioma correto no item Idioma do menu Ferramentas.
- d) O recurso de “Alinhamento rápido” de parágrafos na “Barra de ferramentas” só está disponível nos aplicativos de edição de textos do BR Office.

Questão 30

Rodrigo utiliza em seu trabalho o editor de texto Microsoft Word 2010 (em português) para produzir os documentos da empresa. Certo dia, Rodrigo digitou um documento contendo 10 páginas de texto; porém, precisou imprimir apenas as páginas 1, 3, 6, 7, 8 e 9. Rodrigo clicou no Menu Arquivo, na opção Imprimir e, na divisão Configurações, selecionou a opção Imprimir Intervalo Personalizado. Em seguida, no campo Páginas, para imprimir apenas as páginas do seu interesse, deve digitar:

- a) 1, 3, 6-9 e clicar na opção Imprimir.
- b) 1-3, 6-9 e clicar na opção Imprimir.
- c) 1+3, 6a9 e clicar na opção Imprimir.
- d) 1, 3, 6a9 e clicar na opção Imprimir.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

20 Questões

Questão 31

Compete, conforme apregoa o art. 18, da Lei Complementar Estadual nº 25/98, ao Colégio de Procuradores julgar recurso, nos termos do regimento interno, contra decisão:

- a) que destitua da função o Corregedor-Geral de Justiça;
- b) que afaste o membro do Ministério Público submetido a Processo Administrativo Disciplinar;
- c) proferida em reclamação sobre o quadro geral de antiguidade;
- d) que autorize o membro do Ministério Público a ausentar-se de sua Promotoria ou Procuradoria de Justiça, justificadamente, por até 05 (cinco) dias por semestre.

Questão 32

De acordo com a Lei Complementar Estadual de nº 25/98, a deliberação sobre remoção, permuta, reingresso e aproveitamento de membros do Ministério Público em disponibilidade compete:

- a) ao Corregedor-Geral do Ministério Público.
- b) ao Conselho Superior do Ministério Público.
- c) ao Procurador-Geral de Justiça.
- d) ao Colégio de Procuradores de Justiça.

Questão 33

Nos termos do art. 60, inciso VIII, da Lei Complementar nº 25/98, compete aos Centros de Apoio apresentar ao Procurador-Geral de Justiça propostas e sugestões para:

- a) impetrar habeas corpus, mandado de segurança, requerer correição parcial, bem como propor outras medidas cabíveis, perante os Tribunais competentes.
- b) edição trabalhos jurídicos de membros do Ministério Público.
- c) edição de atos e instruções, sem caráter normativo, tendentes à melhoria do serviço do Ministério Público.
- d) alinhamento dos projetos de capacitação e aprimoramento dos integrantes do Ministério Público às diretrizes institucionais previamente definidos.

Questão 34

Julgue as assertivas abaixo, que cuidam da instrução do procedimento de investigatório criminal, previsto na Resolução de nº 07/2018, editada pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Estado de Goiás.

I - O prazo mínimo para resposta às requisições do Ministério Público será de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento, salvo hipótese justificada de relevância e urgência e em casos de complementação de informações.

II - O defensor poderá examinar, somente com procuração, autos de procedimento investigatório criminal findos ou em andamento, ainda que conclusos ao seu presidente, podendo copiar peças e tomar apontamentos, em meio físico ou digital.

III - O procedimento investigatório criminal deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias, por decisão fundamentada de seu presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências.

Assinale a alternativa que corresponde aos julgamentos das assertivas:

- a) I, II e III estão corretas.
- b) II e III estão incorretas.
- c) I e III estão corretas.
- d) I e II estão incorretas.

Questão 35

Com base na Constituição da República de 1988, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

I - O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis.

II – São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

III - Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.

- a) Apenas o item II está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

Questão 36

De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 25, de 06 de julho de 1998, não é atribuição do Procurador-Geral de Justiça:

- a) Propor ao Poder Legislativo a fixação, a revisão, o reajuste e a recomposição dos vencimentos dos membros do Ministério Público e de seus servidores, determinando as implantações decorrentes do sistema remuneratório
- b) Praticar atos e decidir questões relativas à administração geral e execução orçamentária do Ministério Público
- c) Designar, mediante escolha do Conselho Superior do Ministério Público, os membros da Comissão de Concurso e seus substitutos e arbitrar-lhes gratificação pelos serviços prestados durante o certame
- d) Conferir posse e exercício, na segunda quinzena do mês de dezembro, aos membros do Conselho Superior do Ministério Público.

Questão 37

De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 25, de 06 de julho de 1998, assinale a alternativa incorreta quanto ao procedimento de escolha, nomeação e posse do Procurador-Geral de Justiça:

- a) O Colégio de Procuradores de Justiça baixará normas regulamentadoras do processo eleitoral 50 (cinquenta) dias antes da data prevista para a eleição.
- b) A Comissão Eleitoral compor-se-á de 5 (cinco) membros escolhidos pelo Conselho Superior, excluídos os que estiverem concorrendo à eleição, e será presidida pelo membro mais antigo da carreira, competindo-lhe a direção do processo eleitoral desde a inscrição dos candidatos até a apuração dos sufrágios e proclamação do resultado.
- c) Serão considerados incluídos na lista tríplice os 3 (três) candidatos mais votados, e, em caso de empate, será incluído o mais antigo na carreira, o de maior tempo de serviço público prestado ao Estado de Goiás e, por fim, o mais idoso, sucessivamente.
- d) Caso o Chefe do Poder Executivo não efetive a nomeação do Procurador-Geral de Justiça, nos 15 (quinze) dias que se seguirem ao do recebimento da lista tríplice, será investido automaticamente no cargo o membro do Ministério Público mais votado para exercício do mandato.

Questão 38

Sobre a destituição do Procurador-Geral de Justiça, conforme disposições da Lei Complementar Estadual nº 25, de 06 de julho de 1998, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

I - O Procurador-Geral de Justiça poderá ser destituído do cargo, por deliberação da maioria absoluta da Assembléia Legislativa, em caso de abuso de poder, conduta incompatível com suas atribuições, grave

omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa, ou condenação por infração apenada com reclusão, em decisão judicial transitada em julgado.

II - A representação para a destituição do Procurador-Geral de Justiça deverá ser formulada ao Colégio de Procuradores de Justiça por, no mínimo 1/3 (um terço) de seus integrantes ou 1/5 (um quinto) dos membros do Ministério Público em atividade.

III - Admitida a representação de destituição do Procurador-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, em sessão presidida pelo Procurador de Justiça mais antigo, constituirá, em votação secreta, comissão processante integrada por 3 (três) Procuradores de Justiça e presidida pelo Corregedor-Geral do Ministério Público.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

Questão 39

Ao Ministério Público, organizado em carreira, é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente e exemplificativamente os atos abaixo elencados, exceto:

- a) Elaborar suas folhas de pagamento e expedir os competentes demonstrativos.
- b) Escolher o Procurador-Geral de Justiça, em eleição realizada pela classe, que formará lista tríplice com os nomes mais votados, encaminhando-a em seguida para deliberação do Colégio de Procuradores.
- c) Editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que importem em vacância de cargos de carreira e de serviços auxiliares, bem como os de disponibilidade de membros do Ministério Público e de seus servidores.
- d) Propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de seus cargos e de seus serviços auxiliares, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos e vantagens dos seus membros e de seus servidores.

Questão 40

O Conselho Superior do Ministério Público é órgão da administração superior do Ministério Público, incumbindo-lhe velar pela observância de seus princípios institucionais, sendo ele constituído por:

- a) Procurador-Geral de Justiça, que o presidirá, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, e por 2 Procuradores de Justiça, eleitos pelo Colégio de Procuradores, e por 3 Promotores de Justiça, eleitos pelos Promotores de Justiça, para mandato de 2 anos, vedada a reeleição.
- b) Procurador-Geral de Justiça, que o presidirá, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, e por 2 Procuradores de Justiça, eleitos pelo Colégio de Procuradores, e por 3 Procuradores de Justiça, eleitos pelos Promotores de Justiça, para mandato de 2 anos, vedada a reeleição.
- c) Procurador-Geral de Justiça, que o presidirá, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, e por 5 Procuradores de Justiça, eleitos pelo Colégio de Procuradores, para mandato de 2 anos, vedada a reeleição.
- d) Procurador-Geral de Justiça, que o presidirá, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, e por 5 Procuradores de Justiça, eleitos pelos Promotores de Justiça, para mandato de 2 anos, vedada a reeleição.

Questão 41

A respeito da atuação do Ministério Público em investigação criminal, assinale a alternativa correta:

- a) A investigação criminal é ato privativo da Polícia Judiciária, ou seja, Polícia Civil ou Polícia Federal, sendo vedado ao Ministério Público investigar fato criminal diretamente, admitindo-se apenas a prática de atos investigatórios complementares e posteriores à investigação anterior já existente, promovida pela Polícia Judiciária.
- b) Ao Ministério Público é conferido poder investigatório em relação a fatos criminais, contudo, inexistente procedimento próprio previsto para o desempenho desta função na legislação federal ou em regulamentos internos do Ministério Público do Estado de Goiás, ao que, na prática, as investigações ocorrem em “procedimentos administrativos”, que se distinguem dos casos criminais já judicializados, que tramitam em “processos judiciais”.
- c) A investigação criminal é ato privativo da Polícia Judiciária, ou seja, Polícia Civil ou Polícia Federal, e, excepcionalmente, também é autorizada à Polícia Militar, por meio do serviço reservado de inteligência da Polícia Militar, também vulgarmente conhecida por P2, sendo vedado ao Ministério Público investigar fato criminal diretamente, admitindo-se apenas a prática de atos investigatórios complementares e posteriores à investigação anterior já existente, promovida pela Polícia Judiciária ou pela Polícia Militar.
- d) Ao Ministério Público é conferido poder investigatório em relação a fatos criminais, além disso, existe procedimento extrajudicial próprio regulado pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, designado procedimento investigatório criminal.

Questão 42

Assinale a alternativa correta:

- a) O inquérito civil público somente poderá ser instaurado mediante provocação de qualquer do povo, sendo vedado ao Promotor de Justiça instaurar investigações cíveis de ofício.
- b) O procedimento administrativo, quando arquivado por decisão do Promotor de Justiça, deve ser submetido a avaliação posterior do Conselho Superior do Ministério Público, a quem incumbe homologar ou não o arquivamento.
- c) Ressalvados os casos excepcionais previstos no ato regulamentar, a cientificação do arquivamento da notícia de fato à pessoa que trouxe a notícia ao Ministério Público é facultativa.
- d) A promoção de arquivamento decorrente da celebração de termo de ajustamento de conduta obriga, em consequência, a instauração de procedimento administrativo voltado ao acompanhamento do cumprimento das cláusulas do ajuste firmado.

Questão 43

Assinale a alternativa correta:

- a) Compete ao Colégio de Procuradores de Justiça autorizar, por maioria absoluta de seus integrantes, que o Procurador-Geral de Justiça ajuíze ação civil de decretação de perda do cargo de membro do Ministério Público.
- b) As decisões do Colégio de Procuradores de Justiça serão motivadas e publicadas, salvo nas hipóteses legais de sigilo em que serão publicadas por extrato.
- c) Na promoção ou remoção voluntária por antiguidade, o Conselho Superior do Ministério Público somente poderá recusar o candidato mais antigo pelo voto oral e motivado da maioria absoluta de seus integrantes.
- d) As Procuradorias de Justiça terão coordenadores e substitutos, designados pelo Corregedor-Geral, com incumbência de responder pelos serviços administrativos da Procuradoria de Justiça.

Questão 44

Assinale a alternativa incorreta acerca do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça:

- a) O Órgão Especial será composto pelos 8 (oito) Procuradores de Justiça mais antigos no cargo e por 8 (oito) Procuradores de Justiça eleitos pelo Colégio de Procuradores de Justiça, para mandato de 2 (dois) anos.
- b) O Órgão Especial será secretariado por um Procurador de Justiça eleito pelos membros do MP, com mandato de 2 (dois) anos, que exercerá, cumulativamente, as funções de Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça.
- c) São membros natos do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, o Procurador-Geral de Justiça, que o presidirá, e o Corregedor-Geral do Ministério Público.
- d) Ficam impedidos de compor o Órgão Especial os membros do Conselho Superior do Ministério Público.

Questão 45

Acerca da instrução do Procedimento Investigatório Criminal, assinale a alternativa incorreta nos termos da Resolução do CPJ nº 07/2018:

- a) A realização de oitiva fora dos limites territoriais do órgão por onde tramitar a investigação será feita, sempre que possível, por meio de videoconferência, podendo ainda ser deprecada a outro órgão do Ministério Público; sendo que a depreciação poderá ser feita por qualquer meio de comunicação, com a sua formalização nos autos.
- b) Estando o investigado, a testemunha ou o declarante na comarca e não sendo possível sua presença na sede do órgão de execução, por doença, deficiência física ou outra causa, poderá ser ouvido onde se encontre, a critério do presidente dos autos extrajudiciais, inclusive, se necessário, por meio de videoconferência.
- c) Para a instrução de procedimento investigatório criminal, cópias de documentos originais poderão ser autenticadas apenas pelo membro do Ministério Público.
- d) Se no curso do interrogatório o investigado desejar permanecer em silêncio, o presidente da investigação interromperá o ato, não havendo óbice para a realização de novo interrogatório, caso assim se manifeste o investigado.

Questão 46

Acerca do Compromisso de Ajustamento de Conduta, assinale a alternativa correta nos termos da Resolução do CPJ nº 09/2018:

- a) Celebrado ajustamento de conduta que englobe integralmente o objeto do procedimento investigatório, deverá o membro do Ministério Público efetivar a correspondente promoção de arquivamento, submetendo-a à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de três dias, contado da efetiva assinatura do compromisso.
- b) O termo de compromisso deverá ser elaborado em pelo menos duas vias, devidamente assinadas e rubricadas pelo secretário dos autos e pelo compromissário, devendo uma das vias instruir procedimento administrativo regularmente instaurado para o acompanhamento de fiscalização do cumprimento das obrigações acordadas, juntando-se cópia autenticada dos documentos comprobatórios da qualidade e representatividade legal do compromissário.
- c) Quando o compromissário for pessoa física, o compromisso de ajustamento de conduta poderá ser firmado por procurador com poderes especiais outorgados por instrumento de mandato, desde que público.
- d) O compromisso de ajustamento de conduta será tomado em qualquer fase da investigação, nos autos de inquérito civil ou de procedimento preparatório, ou no curso da ação judicial, devendo conter obrigações certas, líquidas e exigíveis, salvo peculiaridades do caso concreto, e ser assinado pelo órgão do Ministério Público e pelo compromissário.

Questão 47

A Lei Estadual 20.756, de 28 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Goiás, das autarquias e fundações públicas estaduais, trata, no Capítulo II, das penalidades aplicáveis aos servidores diante da prática de transgressão disciplinar.

Acerca dessa temática, assinale a alternativa correta relativamente às assertivas a seguir:

I - A penalidade de advertência, que será sempre aplicada por escrito e deverá constar do assentamento individual do servidor, destina-se à punição pela prática de transgressão disciplinar de natureza leve.

II - A penalidade de suspensão, que não excederá a 90 (noventa) dias, será aplicada em caso de transgressão disciplinar de natureza média ou de reincidência em quaisquer das infrações disciplinares de natureza leve, sendo certo que o servidor, enquanto durar a suspensão, perderá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo.

III - A penalidade de multa será aplicada ao servidor inativo ou em disponibilidade que houver praticado, na atividade, transgressão disciplinar média e corresponderá ao valor diário dos proventos de aposentadoria ou da remuneração ou do subsídio da disponibilidade por dia de suspensão.

IV - A demissão será aplicada no caso de transgressão disciplinar grave, observadas as circunstâncias preponderantes no caso concreto, bem como na hipótese de contumácia, que diz respeito à prática de 5 (cinco) transgressões disciplinares de natureza média, no período de 5 (cinco) anos contados da data da primeira transgressão.

- a) Apenas a alternativa I está correta.
- b) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as alternativas I e III estão corretas.
- d) Apenas as alternativas II e IV estão corretas.

Questão 48

A Lei Estadual 20.756, de 28 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Goiás, das autarquias e fundações públicas estaduais, enumera, em seu artigo 202, as hipóteses configuradoras de transgressão disciplinar.

A partir da disciplina legal referida, é possível dizer que ao servidor público civil do Estado de Goiás é proibido, exceto:

- a) Usar indevidamente identificação funcional ou qualquer outro meio que o vincule a cargo público ou a função de confiança, em benefício próprio ou de terceiro.
- b) Deixar, culposamente, de observar prazos legais, administrativos ou judiciais.
- c) Descumprir, desrespeitar ou retardar, culposa ou intencionalmente, o cumprimento de qualquer ordem legítima, administrativa ou judicial, lei ou regulamento.
- d) Praticar culposamente ato definido em lei como assédio sexual ou assédio moral.

Questão 49

Tendo por norte o que prevê a Lei Estadual 20.756/2020, assinale a alternativa correta:

- a) O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, sendo certo que a responsabilidade civil decorre de conduta omissiva ou comissiva, dolosa ou culposa, que importe em prejuízo ao erário ou a terceiro, ao tempo que a responsabilidade penal abrange os crimes e as contravenções imputados ao servidor, nesta qualidade e, por fim, a responsabilidade administrativa resulta da prática, omissiva ou comissiva, dolosa ou culposa, de qualquer uma das transgressões disciplinares previstas nos arts. 202, 203 e 204 da Lei Estadual 20.756/2020, bem como em leis especiais. Importa considerar que a alteração da situação jurídico-funcional do servidor, observado o prazo prescricional, não impede a instauração de processo administrativo disciplinar, aplicação de penalidade disciplinar e/ou da inabilitação de que trata o artigo 199 da referida lei, após

- exoneração ou demissão, aposentadoria ou disponibilidade ou vacância em razão de posse em outro cargo inacumulável.
- b) O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, sendo certo que a responsabilidade civil decorre de conduta omissiva ou comissiva, dolosa ou culposa, que importe em prejuízo ao erário ou a terceiro, ao tempo que a responsabilidade penal abrange os crimes e as contravenções imputados ao servidor, nesta qualidade e, por fim, a responsabilidade administrativa resulta da prática, omissiva ou comissiva, dolosa ou culposa, de qualquer uma das transgressões disciplinares previstas nos arts. 202, 203 e 204 da Lei Estadual 20.756/2020, bem como em leis especiais. Importa considerar que a alteração da situação jurídico-funcional do servidor, observado o prazo prescricional, impede a instauração de processo administrativo disciplinar, aplicação de penalidade disciplinar e/ou da inabilitação de que trata o artigo 199 da referida lei, após exoneração ou demissão, aposentadoria ou disponibilidade ou vacância em razão de posse em outro cargo inacumulável.
- c) O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, sendo certo que a responsabilidade civil decorre de conduta comissiva dolosa, que importe em prejuízo ao erário ou a terceiro, ao tempo que a responsabilidade penal abrange os crimes e as contravenções imputados ao servidor, nesta qualidade e, por fim, a responsabilidade administrativa resulta da prática comissiva dolosa apenas das transgressões disciplinares previstas nos arts. 202, 203 e 204 da Lei Estadual 20.756/2020, bem como em leis especiais. Importa considerar que a alteração da situação jurídico-funcional do servidor, observado o prazo prescricional, não impede a instauração de processo administrativo disciplinar, aplicação de penalidade disciplinar e/ou da inabilitação de que trata o artigo 199 da referida lei, após exoneração ou demissão, aposentadoria ou disponibilidade ou vacância em razão de posse em outro cargo inacumulável.
- d) O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, sendo certo que a responsabilidade civil decorre de conduta omissiva ou comissiva, dolosa ou culposa, que importe em prejuízo ao erário ou a terceiro, ao tempo que a responsabilidade penal resulta da prática, omissiva ou comissiva, dolosa ou culposa, de crimes e contravenções praticados pelo servidor, nesta qualidade e, por fim, a responsabilidade administrativa resulta da prática, omissiva ou comissiva, dolosa ou culposa, de qualquer uma das transgressões disciplinares previstas nos arts. 202, 203 e 204 da Lei Estadual 20.756/2020, bem como em leis especiais. Importa considerar que a alteração da situação jurídico-funcional do servidor, observado o prazo prescricional, não impede a instauração de processo administrativo disciplinar, aplicação de penalidade disciplinar e/ou da inabilitação de que trata o artigo 199 da referida lei, após exoneração ou demissão, aposentadoria ou disponibilidade ou vacância em razão de posse em outro cargo inacumulável.

Questão 50

A Lei Estadual 14.810, de 1º de julho de 2004, institui o Plano de Carreira dos Servidores do Ministério Público do Estado de Goiás. Partindo da análise das disposições legais acerca das licenças concedidas aos servidores, assinale a alternativa correta relativamente às assertivas a seguir:

I - O servidor do Ministério Público do Estado de Goiás tem direito à licença-paternidade de 20 (vinte) dias ininterruptos, contados do nascimento ou da adoção.

II - O servidor do Ministério Público do Estado de Goiás faz jus a licença por luto de 8 (oito) dias ininterruptos contados do falecimento, em virtude do falecimento de cônjuge, ascendente, descendente, irmãos, sogros, noras, genros e de pessoa sob tutela, guarda ou curatela.

III - A servidora que adotar ou obtiver a guarda judicial para fins de adoção tem direito a licença à gestante de cento e oitenta dias.

IV - A licença para tratamento de saúde por até 30 (trinta) dias, para os servidores efetivos, e por até 15 (quinze) dias, para os servidores ocupantes de cargo de provimento em comissão do Ministério Público do Estado de Goiás, será concedida pela Procuradoria-Geral de Justiça, dispensada a homologação pelo serviço médico oficial do Estado de Goiás.

-
- a) Todas as assertivas estão corretas.
 - b) Apenas a assertiva I está incorreta.
 - c) Apenas a assertiva II está incorreta.
 - d) Apenas a assertiva III está incorreta.

PROVA DISCURSIVA

02 Questões

Nos termos do Edital, cada questão da prova discursiva deverá ser respondida com extensão mínima de 5 (cinco) linhas e máxima de 15 (quinze) linhas.

Questão 01

Foi instaurado de ofício procedimento investigatório criminal, nos termos da Resolução nº 07/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, para apurar a suposta prática de peculato (art. 312 do Código Penal) pelo presidente da Câmara Municipal de uma cidade do estado de Goiás.

Segundo consta nos mencionados autos extrajudiciais, no dia 06 de outubro de 2022, o presidente da Câmara Municipal, por meio de uma transferência bancária da conta de titularidade da Câmara Municipal para a sua conta pessoal, apropriou-se da quantia de R\$12.800,00 (doze mil e oitocentos reais), utilizando-a em proveito próprio.

Conforme informações preliminares, o valor teria sido utilizado na compra de uma motocicleta usada, pertencente ao sr. Pedro, empresário local, que não tinha conhecimento da origem ilícita do dinheiro.

Com base nas normas da Resolução nº 07/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás e considerando os fatos narrados:

- Pode o Promotor de Justiça instaurar procedimento investigatório criminal de ofício? Quais são os pressupostos?
- Pode o Promotor de Justiça requisitar a condução coercitiva do sr. Pedro para prestar depoimento?

Questão 02

O procedimento administrativo é espécie de autos extrajudiciais do Ministério Público concebido para atender objetivos específicos relacionados pela Resolução n. 9/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça. Nesse sentido, relacione 4 situações diferentes para as quais o procedimento administrativo seria o instrumento adequado e especifique 1 situação para a qual ele não seria o instrumento idôneo.

REDAÇÃO

Nos termos do Edital, o texto da redação deverá ter extensão mínima de 15 (quinze) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.

Discurso de ódio versus liberdade de expressão

A Constituição de 1988 diz que “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato” (art. 5º, inciso IV). Também garante a “livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” (art. 5º, inciso IX). É a chamada liberdade de expressão, prevista ainda no art. 220, que assegura a manifestação do pensamento, da criação, da expressão e informação, sob qualquer forma e veículo, além de vedar a censura.

Essencial para a democracia, a liberdade de expressão permite o exercício de outros direitos, como a liberdade religiosa e a atividade política, por exemplo. Mas essa garantia não é absoluta, nem um fim em si mesma. Ela existe para fomentar o debate público, por meio da livre troca de ideias e da apresentação de múltiplos pontos de vista, de modo que as pessoas possam formar suas próprias convicções sobre os assuntos e participar de forma consciente das decisões coletivas. Ao promover ataques que resultam em revides ainda mais violentos ou no silenciamento das vítimas, o discurso de ódio ameaça a livre troca de ideias, destruindo o valor que a própria liberdade de expressão busca proteger.

A Justiça brasileira considera que a liberdade de expressão não pode ser utilizada para destruir outras pessoas, bem como não pode pregar a discriminação ou ameaçar o regime democrático. Ela pode ser limitada quando ataca os princípios da igualdade e da dignidade humana, em casos de crimes contra a honra e em respeito ao direito à privacidade. Por isso, podemos dizer que o discurso de ódio não está protegido e não pode ser considerado liberdade de expressão.

Trecho extraído de: <https://respeitediferenca.mpf.mp.br/www/discurso-odio.html> (acesso 07/10/2022)

Após a leitura do trecho acima, elabore uma redação abordando o paradoxo existente entre o discurso de ódio e a liberdade de expressão.